

CURSO

A CRISE DO MOVIMENTO OPERÁRIO E AS “NOVAS”
MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

Carlos Fico
DEHIS/UFOP

O presente texto busca sintetizar o que foi o curso intensivo sobre "A Crise do Movimento Operário e as 'Novas' Manifestações Sociais", ministrado no VII Encontro Regional da ANPUH-MG entre 24 e 28 de setembro de 1990. O objetivo do curso foi familiarizar os participantes com algumas das recentes transformações ocorridas na dinâmica social, bem como com as reflexões teóricas e filosóficas sobre o assunto, pois, ao que parece, as "novas" manifestações sociais (especialmente em comparação com o "velho" movimento operário) já podem ser objeto da pesquisa histórica.

Para que não fosse feita uma análise apenas genérica do assunto, foi delimitado um aspecto específico dessas transformações contemporâneas de um ponto de vista comparativo, qual seja a distinção que há entre elas no Primeiro e no Terceiro Mundo. Nesta ótica, pareceu mais adequado comparar a insurgência dos chamados "novos" movimentos sociais (o pacifismo, o movimento ecológico, os movimentos de defesa das chamadas "minorias" sexuais e raciais), especialmente na Europa, com o fenômeno das manifestações deste gênero que ocorrem na América Latina (e especialmente no Brasil), bem como com as manifestações aparentemente específicas do Terceiro Mundo, onde os conflitos entre o capital e o trabalho de alguma forma persistem como local básico de visualização da dinâmica social. Assim, essa comparação permitiu uma visualização ampla dos temas inerentes àquilo que se entende por alterações no mundo contemporâneo.

O primeiro problema mencionado foi o da periodização ou, dizendo de maneira direta, o da excessiva proximidade no tempo do processo a ser estudado, algo que se constitui em dificuldade para as análises de tipo histórico. Tal circunstância se verifica, pois, como era inevitável, o corte cronológico do curso privilegiou as décadas de 70 e 80 do nosso século.

Um dos problemas tratados foi o da coisificação das relações sociais. Habermas, em sua obra Teoria da ação comunicativa¹, faz uma reconstrução do complexo de problemas tratados por Max Weber quanto a emergência histórica das estruturas de consciência moderna e a materialização dessas estruturas de racionalidade em instituições sociais. De fato, a partir da distinção proposta por Weber entre "racionalidade em relação a fins" e "racionalidade quanto a valores"², uma série de discussões se impuseram e no curso, apesar de não ter sido o caso de desenvolver exaustivamente o tema, foi possível resgatar alguns de seus aspectos, pois é ampla a ligação entre o mesmo e a problemática da ocorrência de uma "nova maneira de se fazer política".

Também foi Habermas quem chamou a atenção para a convergência entre a tese weberiana, da racionalização e a "crítica da razão instrumental", inicialmente elaborada por Adorno (Horkheimer³). Equiparando "racionalidade em relação a fins" com o que classificaram de "razão instrumental", Horkheimer e Adorno, interpretando Marx a partir de uma perspectiva weberiana chamaram a atenção para o fato de que, sob o signo de uma razão instrumental autonomizada, a racionalidade da dominação da natureza se amalgama com a irracionalidade da dominação de classes

Posteriormente, autores como o próprio Habermas e também Claus Offe⁴ chamaram a atenção para o fato de que haveria esferas nas sociedades complexas que não seriam plenamente determinadas pelo fenômeno do trabalho e da produção. Assim, a consciência social não poderia ser reconstituída apenas como consciência de classe e o sistema político não mais se deteria fundamentalmente na garantia das condições de produção e na superação dos conflitos distributivos,

Ao contrário de partilharem a idéia de que a sociedade é dominada pela economia (o que situa os conflitos fundamentais no setor do trabalho), esses autores propõem que se entenda a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas não como um antagonismo auto-enraizado na esfera da produção, mas como a colisão *entre* "subsistemas da ação objetivamente racional" mediatizados pelo dinheiro e poder, e um "espaço vital autodeterminado".

Tal postura, como é claro, afasta os autores dos paradigmas das teorias dos conflitos e, a partir da crítica habermasiana contra o "domínio epistemológico do trabalho", na produção intelectual marxista, foram feitas várias pesquisas (principalmente sociológicas e políticas) que podem ser denominadas de "antiprodutivistas", isto é, privilegiadoras de outros lugares (que não a fábrica) como centros das relações de dominação e palco dos conflitos sociais. Isto, é claro, constitui-se numa crítica da percepção de que haveria uma continuidade entre desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana. Foi no âmbito dessas pesquisas, fortemente influenciadas por autores como Michel Foucault, que surgiram noções como as de "modo de vida" (no lugar de modo de produção); valores "materialistas" versus valores "pós-materialistas", esfera da produção e esfera doméstica, entre outras.

Todos esses problemas estão profundamente relacionados com as alterações pelas quais passam as sociedades chamadas "complexas" (Europa Ocidental e EUA principalmente). Em geral são mencionados, como faz Andre Gunder Frank⁵, o crescimento do emprego no setor de serviços terciários e no de auto-emprego e a redução relativa da força trabalhadora tipicamente industrial ou fabril.

Paralelamente a isso, costumam ser destacadas também, como fazem Frederic Jameson⁶ e Daniel Bell⁷, as inovações tecnológicas que caracterizariam uma fase "pós-industrial" do capitalismo (como a robótica, a cibernética e a informada), isto quando não se cogita de um rompimento com a própria modernidade, tal como em Jean-François Lyotard⁸, na direção do que seria uma "condição pós-moderna". Ora, a positividade da fase chamada "pós-industrial" parece ser uma postura ingênua, porque, afinal, se os mecanismos de exploração ficaram menos evidentes, eles não acabaram. Não se pode supor que uma simples "estetização da vida" funcione como "maquiagem" para as relações de subordinação e dependência que, obviamente, ainda persistem. O setor tipicamente fabril nas chamadas sociedades complexas parece declinar em termos relativos, mas isto não ocorre *com o* sistema industrial. Isto é, a redução do número de trabalhadores caracteristicamente fabris não implica uma debilidade do sistema, pois é de sua lógica um contínuo aumento de produtividade.

A crise, portanto, do clássico movimento operário, identificado com os insucessos do chamado "socialismo real", seria explicada por uma multiplicidade de fatores que tenderiam a classificá-lo como "velho", "ultrapassado" ou "ineficaz". Os "novos tempos" possuiriam características novas que, afinal, teriam que corresponder a novas expressões da dinâmica social. Ao que parece, a

ênfase analítica que os "novos" movimentos sociais tiveram nos últimos anos⁹ correspondeu a este tipo de visão: uma aposta nesta novidade diante do "fracasso" do clássico movimento operário.

Sem dúvida que o movimento operário tem problemas. Os enfoques iniciais dos primeiros socialistas pressupunham que, a partir de uma produção organizada de maneira correta, a boa convivência entre trabalhadores associados livremente surgiria. De fato, desde af já havia o germe de 1101 problema que ultrapassaria décadas e resistiria até muito recentemente. São conhecidos as propostas de Max Adler (1873-1937) de defnocrack industrial, as de Karl Korsch (1886-1961) quanto aos conselhos, as de Otto Bauer (1881-1938) quanto aos comitês de fabricas, as de Antonie Pannekoek (1873-1960) sobre a auto-organização revolucionária da classe operaria em conselhos de trabalhadores. Todas essas propostas, que poderiam ser englobadas como pertencentes ao universo do que se convencionou chamar de "democracia industrial", conformam um grupo, sem dúvida, bastante heterogêneo de pensadores, mas, de alguma forma, possuem um traço comum, tal como detectado por Norberto Bobbio: a crença de que a democracia política poderia ser reduzida a democracia econômica. Alias, já Karl Renner (1870-1950) afirmava que os conflitos entre classes ou grupos sociais diferentes somente poderiam ser solucionados por meios políticos e não exclusivamente através de uma democracia econômica. E preciso referir-se a esse problema clássico do movimento operário e do marxismo ao menos em relação a dois aspectos:

A)os "novos" movimentos sociais chamam a atenção precisamente para o fato de que ha esferas de conflito realmente longínquas (embora não inteiramente deslocadas) da do trabalho - tais como aquelas relacionadas aos problemas ecológicos ou sexuais;

B)por outro lado, apesar do caráter restrito da noção de "democracia industrial" (quando encarada como solução para toda uma sociedade), e obvio que isso não significa que o problema tenha sido superado. Essa critica não pode servir de obstáculo a luta dos trabalhadores pela participação deliberativa na fabrica e nas empresas de um modo geral. Se, de fato, não é possível subsumir o autogoverno dos cidadãos no autogoverno dos trabalhadores, por outro lado resta sempre a questão da democratização das fábricas e empresas.

Os "novos tempos", aos quais alguns autores se referem, possuem uma data inicial: 1968. Felix Guattari fala que "a política tradicional encontrou-se em *total ruptura* e sem qualquer relação com o grande movimento de transformação da subjetividade coletiva. Ela só chegou a captá-lo *do exterior*, em termos de bloqueio, de repressão, e, posteriormente, de recuperação e reestruturação autárquica. Mas com esse desconhecimento e essa denegação, apenas veio demonstrar a sua impotência"¹⁰.

A "nova política", portanto, buscaria requalificar as "lutas de base com vista a conquista contínua de espaços de liberdade, de democracia e de criatividade", enquanto que a política tradicional, estertorante, apenas conseguiria exercitar a dimensão mais repressiva de sua racionalidade.

Os "novos" movimentos sociais, assim, acabam por suscitar muitas esperanças. Se Foucault havia denunciado razão cínica que se põe a serviço do poder e se Derrida havia se contraposto a razão que reprimiu os elementos marginais, os "novos" movimentos sociais aparecem justamente como a recusa de alguns setores ditos marginais em sequer considerar o poder.

Marilena Chauí¹¹ arrolou algumas características comuns dos "novos" movimentos sociais: não pretendem falar em nome da sociedade como um todo, desejando apenas ver reconhecidas suas "diferenças"; coexistem com os outros movimentos sem pretender se situar como "vanguarda"; não pretendem a tomada do Estado, mas pretendem reelaborar a idéia. e o exercício do poder em geral. Nesta linha, essas manifestações não lutariam apenas por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema, mas também por projetos simbólicos e culturais, por um significado é uma orientação diferentes da ação social.

Uma das positivities dos "novos" movimentos sociais e justamente esta: eles não são apenas instrumentais em relação a certos objetivos. Na verdade, essas novas formas organizacionais situam-se elas próprias como objetivos. Trata-se de um enfretamento simbólico, uma proposta nova e uma alternativa de vivencia do poder ou com o poder. Exemplos disso podem ser citados: regra geral, esses "novos" movimentos possuem tarefas de curta duração, específicas, suas lideranças são múltiplas, as formas de organização muitas vezes são temporárias e os mecanismos de imobilização contam muito mais com uma espécie de sentimento moral de injustiça diante dos problemas do que com a doutrinação tipicamente política. Ora, tais características, em certo sentido, servem para reavivar a dinâmica social, servem para demonstrar que a maneira de fazer política e de exercitar o poder dos setores dominantes não é a única.

Por outro lado, contudo, levantamentos preliminares desses movimentos, em países como a Alemanha, a França e Inglaterra, parecem demonstrar que há limitações importantes que, resumidamente, podem ser sintetizadas da seguinte maneira: as temáticas inerentes ao pacifismo, a ecologia e a defesa das "minorias" raciais e sexuais incomodam muito menos aos governos e aos setores dominantes do que as manifestações que efetivamente ponham em discussão questões relacionadas a essência do poder político, ao capital, a propriedade privada. Cabe, portanto, discutir o porque de esses "novos" movimentos serem tão facilmente absorvidos pela mídia e incorporados ao *status quo* sem alterá-lo substancialmente.

Muitos autores entenderam que essas inovações nos países desenvolvidos não poderiam ser captadas e explicadas pelo modelo marxista da luta de classes. Em muitos casos, até mesmo proclamou-se o fim da luta de classes naqueles países. A contrapartida desta linha de análise é a de que haveria ainda, nos países subdesenvolvidos, tais conflitos de classe o que, para dizer o mínimo, sugere sérios problemas de abrangência para o conceito marxista.

Também no Terceiro Mundo se viveu um período de ênfase analítica e de crença esperançosa em movimentos sociais. No Brasil, por exemplo, cunhou-se a expressão "Movimentos Sociais Urbanos"¹² para designar as manifestações daqueles grupos sociais penalizados pelo "modo de acumulação de base pobre", que implicava um padrão de superexploração da força de trabalho e a minimização da participação privada e do Estado nos custos de sua reprodução. A partir destas carências, surgiram os movimentos de reivindicações de serviços sociais urbanos.

Como se vê é muito grande a necessidade de uma reflexão teórica mais elaborada sobre algumas dessas questões. É preciso relativizar, por exemplo, a noção de ruptura com a modernidade que preside o pensamento dos adeptos da noção de "pós-modernidade" ou de "pos-industrialismo". Parece que há muito mais um desejo de se viver uma nova época, face ao desencanto com as promessas não cumpridas da modernidade, do que efetivamente uma ruptura que anunciaria estes novos tempos.

O curso, naturalmente, não pretendeu estabelecer conclusões sobre todos estes temas que vão sendo pesquisados, tendo em vista a tese de doutoramento do autor. Buscou-se apenas uma visão geral do problema e uma aproximação das questões teóricas e filosóficas, cujo tratamento é indispensável para o historiador que desejar tratar deste aspecto da contemporaneidade.

NOTAS

- 1- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la accion comunicativa*. Trad. Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Taurus, 1987. 2 vols.

- 2- WEBER, Max. *Soziologische Grundbegriffe; Gesammelte Aufsätze sur Wissenschaftslehre*. 2¹ ed. I Winckelmann: 1951. pp. 527-65.
3. ADORNO, Teodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento; fragmentos filosóficos*. 2* ed. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.
- 4-Ver especialmente OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: *Trabalho e sociedade; problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho"*. Vol. 1 - A crise. Tntd. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- 5- FRANK, A. Gunder & FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*. São Paulo, n. 17, p. 19-48, jun. 1989.
- 6- JÁMESON, Frederic. Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism. *New Left Review*. n. 146, jul./ago. 1984.
- 7- BELL, Daniel. *The coming of post-industrial society*. New York, Basic Books Publishers, 1973.
- 8- LYOTARD, Jean-Francois. *La condition postmoderne*. Paris, Les Editions de Minuit, 1979.
- 9- Foram muitos os trabalhos que, nos anos 70 e 80, analisaram de uma perspectiva otimista e esperançosa as alterações da dinâmica social dos países do Primeiro e, mesmo, do Terceiro Mundo. Uma relação parcial destes trabalhos foi fornecida com a bibliografia do curso. Seguindo E. Laclau e C. Mouffe (*Hegemonia y estratégia socialista; hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987. p. 103), se constituíram duas tendências: uma considera os "novos" movimentos como marginais em relação ao sujeito fundamental (a classe operaria); outra os considera como os substitutos revolucionários da classe operaria em crise.
- 10-GUATTARI, Felix. *Os novos espaços da liberdade*. Coimbra: Centelha, 1987.
- 11-CHAUI, Marilena. Representação ou participação? In: *Cultura e democracia*. 4* ed. rev. e ampl. São Paulo, Cortez, 1989.
- 12-Ver especialmente MOISTS, Jose Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISTS, J. A. et alii. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.